### Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

31 de dezembro de 2014 e 2013 com Relatório dos Auditores Independentes

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras1	0



Condomínio São Luiz Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi 04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000 ev.com.br

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul** Pelotas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros** assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2015.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Contador CRC-1SP144343/O-3

Contador CRC-1SP249186/O-5

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.367	3.050
Clientes	6	9.423	8.359
Despesas antecipadas	7	359	434
Partes relacionadas	15	•	97
Outros créditos		902	724
Total do ativo circulante	- -	23.051	12.664
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	231	174
lmobilizado	9	9.712	7.576
Intangível	10	184.057	153.771
Total do ativo não circulante		194.000	161.521

Total do ativo 217.051 174.185

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Passivo e patrimônio líquido	1		
Circulante			
Fornecedores		4.907	3.590
Empréstimos	13	30	107.789
Debêntures	14	1.906	
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.583	1.565
Obrigações sociais e trabalhistas		2.610	2.430
Partes relacionadas - fornecedores	15	1.007	1.861
Provisão para manutenção	16	4.695	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c	10.199	4.495
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		•	1
Obrigações com Poder Concedente	17	139	137
Outras contas a pagar	•••	963	1.820
Total do passivo circulante	-	28.039	123.688
Não circulante			
Empréstimos	13	249	-
Debêntures	14	147.954	*
Provisão para manutenção	16	1.257	4.672
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	18	2.045	2.351
Outras contas a pagar	,,,	1.061	46
Tributos diferidos	11.a	9.508	10.322
Total do passivo não circulante		162.074	17.391
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	17.755	17.755
Reserva de lucros - legal	19.c	3.551	3.551
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	19.d	339	176
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	19.e	393	6.724
Reserva de capital - ágio na incorporação	19.f	4.900	4.900
Total do patrimônio liquido		26.938	33.106
		247.054	474 10E
Total do passivo e patrimônio líquido	_	217.051	174.185

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida	20	208.939	209.915
Custo dos serviços prestados	21	(95.797)	(85.585)
Lucro bruto	-	113.142	124.330
Despesas operacionais Despesas gerais e administrativas Outras receitas (despesas), liquidas	21	(15.762) 11 (15.751)	(16.583) (332) (16.915)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	-	97.391	107.415
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	22 22	1.492 (13.747) (12.255)	744 (10.447) (9.703)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		85.136	97.712
Imposto de renda e contribuição social Correntes Diferidos	11.b 11.b	(30.323) 814 (29.509)	(28.477) (4.545) (33.022)
Lucro líquido do exercício		55.627	64,690
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	23	3,16	3,64

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro liquido do exercício	55.627	64.690
Outros resultados abrangentes	<del>"</del>	-
Resultado abrangente do exercício	55,627	64,690

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

			Reserva de capital	capitai	Reserv	Reservas de lucros	ŀ	
	Nota explicativa	Capital social	Plano de opção com base em ações	Ágio	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012		17.755	84	4.900	3.551	5.762	i	32.049
Opções outorgadas reconhecidas Dividendos pagos (R\$0,32 por ação) Lucro líquido do exercício Destinação do lucro:	19.d 19.f	1 1 1	95	1 1 1	1 1 1	(5.762)	- - 64.690	95 (5.762) 64.690
Dividendos intermediários pagos (R\$3,26 por ação)	19.f	•		,		•	(57.966)	(57.966)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,40 por ação)	19.f		,	ŀ	i	6.724	(6.724)	ı
Saidos em 31 de dezembro de 2013	•	17.755	176	4.900	3.551	6.724	4	33.106
Opções outorgadas reconhecidas Dividendos pagos (R\$0,38 por ação) Lucro líquido do exercício	19.d 19.f	1 6 (	163		1 4 4	- (6.724)	55.627	163 (6.724) 55.627
Dividendos intermediários pagos (R\$3,11 por ação)	19.f	1	ı	1	ŧ		(55.234)	(55.234)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,05 por ação)	19.f	1		1	r	393	(393)	ì
Saldos em 31 de dezembro de 2014		17.755	339	4.900	3.551	393	# # **********************************	26.938

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atjvidades operacionais		
Lucro liquido	55.627	64.690
Ajustes para reconciliar o lucro liquido		
com o calxa liquido gerado pelas atividades operacionais:	14.541	9.772
Depreciações e amortizações	242	257
Perda/baixa de ativo imobilizado e intangível Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos	12.601	7.757
Constituição de provisão para perdas trabalhistas e civeis	591	1.718
Atualização monetária de perdas trabalhistas e civeis	209	196
Provisão para manutenção	1.911	3.621
Atualização monetária provisão para manutenção	174	137
Levantamento de depósitos judiciais	•	6
Atualização monetária de depósitos judíciais	(21)	(22)
Plano de opção com base em ações	163	95
Tributos diferidos	(814)	4.545
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.064)	(1.339)
Tributos a recuperar		5
Despesas antecipadas	76	(66) (17)
Depósitos judiciais	(36)	(396)
Outros créditos	(178)	(350)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	1.317	932
Fornecedores	1.317	298
Obrigações sociais e trabalhistas	18	257
Impostos, taxas e contribuições a recolher Partes relacionadas - fornecedores	(757)	1.224
Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cívels	(1,106)	(2.678)
Outras contas a pagar	` 158	645
Pagamento de provisão para manutenção	(805)	(2.401)
Imposto de renda e contribuição social	5.704	(999)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	88.730	88.237
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(4.086)	(2.943)
Aquisição de intangível	(43.119)	(38.107)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(47.205)	(41.050)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(4)	(47)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	(1) 2	(47) 16
Obrigações com Poder Concedente	40.249	35.000
Captação de financiamentos - terceiros	(146.209)	(15.600)
Pagamentos de empréstimos	147.742	(10.000)
Captação de debéntures Pagamento de dividendos	(61.958)	(63.728)
Juros pagos	(12.033)	(4.266)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(32.208)	(48.625)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.317	(1.438)
	3.050	4.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.050 12.367	3.050
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	·	
Aumento (redução) Ilquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.317	(1.438)

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	181.922	187.590
Com construção	41.765	37.609
Outras receitas	943	927
Out as records	224.630	226.126
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(70,163)	(66.983)
Materiais, energía, serviços de terceiros e outros	(9.174)	(9.667)
Materials, errorgia, eer rijes de terestres e saass	(79.337)	(76.650)
Valor adicionado bruto	145.293	149.476
Depreciação e amortização	(14.541)	(9.772)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	130.752	139.704
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.492	744
Valor adicionado total a distribuir	132.244	140.448
Distribuição do valor adicionado	132.244	140.448
Pessoal	16.105	14,556
Remuneração direta	12,602	11.405
Beneficios	3.003	2.605
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	500	546
Impostos, taxas e contribuições	45.200	49,233
Federals	36.184	39.903
Municipais	9.016	9.330
Remuneração de capitais de terceiros	15.312	11.969
Juros	12.571	7.757
Aluguéis	1.565	1.522
Outros efeitos financeiros	1.176	2.690
Remuneração de capitais próprios	55.627	64.690
Dividendos intermediários propostos	55.234	57,966
Constituição de reserva para dividendos	393	6.724

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL ("Ecosul" ou "Companhia") foi constituída em 19 de janeiro de 1998 com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. O fim da concessão está previsto para março de 2026.

As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

### Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.406/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

### 2.2. Moeda funcional da apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

### a) Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebiveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
  - (i) Ativos financeiros--Continuação

### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

### (ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
  - (ii) Passivos financeiros--Continuação

### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### a) Instrumentos financeiros--Continuação

### (iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa conflável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

### f) Normas, alterações e interpretações de normas

(i) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer principios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteação IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IAS 16 e 38 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

- f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação
  - (i) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil- -financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras

Impacto nas demonstrações

### (ii) Alterações de pronunciamentos já existentes

Norma	Requerimento	financeiras
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das Divulgações de	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas.	A Administração da Companhía está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Offset às Demonstrações Financeiras Condensadas	No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluida no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluidas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	

### 4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

 Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,42% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos.--Continuação

b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	3.268	1.810
Aplicações financeiras: Fundo de investimento (a)	8.041	567
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	1.058	673
	12.367	3.050

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 17,04% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 76,51% em Operações Compromissadas e 6,45% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possul aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possul liquidez imediata.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2014	31/12/2013
Pedágio eletrônico	6.874	5.586
Cupons de pedágio	2.516	2,713
Receitas acessórias	33	60
	9.423	8.359

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição das contas a receber.

### 7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" de R\$359 (R\$434 em 31 de dezembro de 2013) é composto substancialmente por prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

### 8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no inicio do exercício	174	141
Adições	36	17
Baixas/estornos	-	(6)
Atualização monetária	21	22
Saldo no fim do exercício	231	174

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imobilizado

### Política contábil

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

				Custo				Depreciação	iação		Residual	dual
	Taxas médias anuais de depreciação	Saldos em 31/12/2012 Adições	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardwares	10.9	12.776	1.795	(143)	(148)	14.280	(9.256)	(1.461)	104	(10.613)	3.667	3.520
Máquinas e equipamentos	7.6	3.672	116	Ê		3.787	(1.870)	(284)	•	(2.154)	1.633	1.802
Móveis e utensílios	တ်	837	65	· '	•	802	(384)	(75)	•	(459)	443	453
Instalacões	6	725	533	,	430	1.688	(120)	(132)	1	(252)	1.436	605
Terrenos		Φ	,	1	•	6	. 1		1		တ	တ
Outros	3,2	1,193	434	,	(282)	1.345	(921)	(36)	ŀ	(957)	388	272
		19.212	2.943	(144)	,	22.011	(12.551)	(1.988)	104	(14.435)	7.576	6.661

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 9 Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

				Custo					Depre	Depreciação		Residual	dual
	Taxas médias anuais de depreciação	Saidos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saidos em 31/12/2014	က်	31/12/2013
Hardwares	8,2	14.280	E .	(125)			(10.613)	(1.199)	123	50	(11.669)	3.478	3.667
Máquinas e equipamentos	7.4	3.787	23	(22)	ŧ	3.785	(2.154)	(280)	22	,	(2.412)	1.373	1.633
Móveis e utensilios	10.3	905	982	(20)	ı	1.834	(459)	(139)	41	ı	(557)	1.277	443
Instalacões	0.6	1.688	1.889	(37)	•	3.540	(252)	(233)	53		(456)	3.084	1.436
Terrenos		¢,	1		,	φ,		•	1	,	ŧ	<b>ሪ</b> ን	o
Outros	4,6	1.345	200	(40)		1.505	(957)	(64)	27	(20)	(1.014)	491	388
		22.011	4.086	(277)	1	25.820	(14,435)	(1.915)	242	-	(16.108)	9.712	7.576
					CONTRACTOR OF THE PERSON OF TH		WANTED TO STANKING						

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos (vide Nota Explicativa nº 13) ou de processos de qualquer natureza.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do afivo imobilizado, e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível

### Política contábil

valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

				Custo				Y	Amortização			Res	Residual
	Taxas mėdias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saidos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	34/12/2012
Contratos de concessão	E	191.575	38.036	(224)	ı	229.387	(68.152)	(069'2)	7	•	(75.835)	153.552	123,423
Softwares de terceiros	Q.	666	71	1	•	1.070	(757)	(94)	,	ı	(851)	219	242
		192.574	38.107	(224)		230.457	(68:303)	(7.784)	7	•	(76.686)	153,771	123,665
				Custo				٧	Amortização			Res	Residua
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	ĭransf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Fransf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de concessão	Đ	229.387	42.971	(292)	,	272.096	(75.835)	(12,534)	83	•	(88.288)	183.808	153.552
Softwares de terceiros	හ න	1.070	148	(31)	,	1.187	(851)	(92)	S	•	(838)	249	219
		230,457	43.119	(293)	•	273.283	(76.686)	(12.626)	88	,	(89.226)	184.057	153.771
			THE CONTRACTOR AND ADDRESS OF THE PERSON OF										

<sup>(\*)</sup> A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o periodo de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de beneficios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

			Balanço	patrimonial	Resultado
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	31/12/2014
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	721	41	(146)	616	(105)
Provisão para manutenção ICPC01	1.588	-	(125)	1.463	(125)
Juros capitalizados	(15)		9	(6)	9
Realização do ágio na incorporação	4.330	-	(350)	3.980	(350)
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(16.958)	-	1.384	(15.574)	1.384
Provisão para férias e encargos de diretores	12	18	(17)	13	1
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	(10.322)	59	755	(9.508)	-
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido		***************************************			814

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) Tributos diferidos--Continuação

Reconciliação do diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(10.322)
Despesa de imposto de renda reconhecido no resultado	814
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(9.508)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

(\*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência partirmonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias ás novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### Política contábil--Continuação

### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alfquota	85.136 34%	97.712 34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes Outros	(28.946) (563)	(33.222)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(29.509)	(33.022)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - correntes Despesa do imposto de renda e da contribuição social - diferidos	(30.323) 814	(28.477) (4.545)
Imposto de renda e contribuição social pagos		
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial provisão IR/CS - 31/12	4.495	5.494
Despesa IR/CS corrente DRE	30.323 (24.619)	28.477 (29.476)
Total IR/CS pagos no exercício	40 400	(28.410)

10.199

4.495

### 12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Saldo final provisão IR/CS - 31/12

	31/12/2014	31/12/2013
ISS	687	660
ISS Cofins	419	413
PIS	91	89
ISS fonte	109	152
Outros impostos	277	251
	1.583	1.565

c)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2014	31/12/2013
Em moeda nacional:				
Finame (b)	Novembro/2020	6% a.a.	279	-
Capital de giro (a)	Outubro/2014	CDI + 2,032% a.a.	-	13,469
Capital de giro (c)	Outubro/2014	108,4% do CDI		58.782
Capital de giro (d)	Novembro/2014	108,0% do CDI	-	35.538
			279	107.789
Circulante			30	107.789
Não circulante			249	-

	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a) (b) (c) (d)	Santander Itaú Santander/HSBC HSBC	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.  Não exigem manutenção dos índices.  Não exigem manutenção dos índices.	Aval da EcoRodovias Infraestrutura e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios do pedágio. Sem garantia. Sem garantia. Sem garantia.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	107.789	84.898
Adição	40.249	35.000
Encargos financeiros	10.483	7.757
Pagamento do principal	(146,209)	(15.600)
Pagamento de juros	(12.033)	(4.266)
Saldo final	279	107.789

### 14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2014
Principal corrigido	148.000
Remuneração (juros)	2,088
Custos com emissão de debêntures (*)	(228)
	149.860
Circulante	1,906
Não circulante	147.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2014
Saldo inicial	
Adição	147.742
Encargos financeiros	2.118
Saldo final	149.860

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Descrição	warm.
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversiveis em ações
Quantidade emitida	14.800 (série única)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Atualização monetária anual pela variação do CD
Remuneração (juros e correção)	105,7% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	04/03/2016
Vencimento da amortização	04/03/2016
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
Garantias	Não há garantias de qualquer natureza
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014	
Parcela	Custo	Total
148,000	(46)	147.954
148.000	(46)	147,954

ŧ	Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor liquido	laxa de juros	TIR
	esa cessionária Rodovias do	Debêntures - Série Única - 1ª Emissão	17/11/2014	148 000	258	147.742	105,7% CDI	CDI + 4.17%

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

### Balanço patrimonial

			Ativo		Passivo circulante e não circulante
Companhia	Natureza	Contas a receber	Créditos diversos	Intangivel	Contas a pagar
Circulante:					
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a) EcoRodovias Concessões e Serviços	Outras partes relacionadas	-	-	45.614	174
S.A. (b) CBB Ind. Com. de Asfalto e Engenharia	Controladora direta	-	-	•	544
Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	~	12,185	216
TB Transportadora Betumes Ltda. (e) EcoRodovias Infraestrutura e Logística	Outras partes relacionadas	-	-	2.995	20
S.A. (c) Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora indireta	-	-	•	42
S.A. (d)	Controladora direta	-	-		11
Total em 31 de dezembro de 2014		-		60.794	1.007
Total em 31 de dezembro de 2013		5.007	97	22.680	1,861

### Demonstração do resultado

		Receita	Custos e despesas			
Companhia	Natureza	Fibra ótica	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Fibra ótica	
EcoRodovias Concessões e Serviços						
S.A. (b)	Controladora	225	4.575	2.382	225	
EcoRodovias Infraestrutura e Logística						
S.A. (c)	Controladora	-	_	530	-	
	Outras partes					
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (c)	relacionadas	-	-	54	-	
Total em 31 de dezembro de 2014		225	4.575	2.966	225	
Total em 31 de dezembro de 2013		212	3.342	2.201	212	

<sup>(</sup>a) A SBS Engenharia e Construções Ltda, possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Construções Ltda, é de R\$40,505. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 31 de dezembro de 2014 há um saldo de serviços a realizar de R\$5,614. Os saldos em aberto a pagar de R\$174 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 días e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Partes relacionadas -- Continuação

### Demonstração do resultado--Continuação

- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$ 6.957, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (c) Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento de 30 días.
- (d) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário), o saldo tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedido avais e garantias.
- (e) A C8B indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, e TB Transportadora de Betumes Ltda, formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a C8B Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, e TB Transportadora de Betumes Ltda, é de R\$35.159, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$24.339. Os saldos em aberto a pagar R\$236 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2014 em R\$1.080 (R\$944 para o exercício de 2013).

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013	
Remuneração (fixa/variável) Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 19.d) Previdência privada	790 163 35	641 95 28	
	988	764	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente à taxa de 11,42% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

				Efeito	
	31/12/2012	Adição	Baixa	financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	12.849	4.028	-	-	16.877
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.628)	(407)		*	(2.035)
Realização da manutenção	(8.780)	-	(2.401)		(11.181)
Ajuste a valor presente - realizações	874	*		137	1.011
	3.315	3.621	(2.401)	137	4.672
Circulante	1.779				
Não circulante	1.536				4.672
	31/12/2013	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para manutenção	16.877	2.424	Baixa -		19.301
Efeito do valor presente sobre a constituição	16.877 (2.035)	······································	-		19.301 (2.548)
Efeito do valor presente sobre a constituição Realização da manutenção	16.877 (2.035) (11.181)	2.424	Baixa - (805)	financeiro - - -	19.301 (2.548) (11.986)
Efeito do valor presente sobre a constituição	16.877 (2.035)	2.424	-		19.301 (2.548)
Efeito do valor presente sobre a constituição Realização da manutenção	16.877 (2.035) (11.181) 1.011	2.424 (513) -	- (805)	financeiro - - - 174	19.301 (2.548) (11.986) 1.185

### 17. Obrigações com o Poder Concedente

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas variáveis	139	137

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Obrigações com o Poder Concedente--Continuação

	31/12/2014	31/12/2013
Natureza dos custos	Previsão de 2015 a 2026	Previsão de 2014 a 2026
Melhorias na infraestrutura	268.508	145.878
Conservação especial (manutenção)	65.486	31.543
Equipamentos	13.043	11.461

### 18. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

### Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Civeis (a)	Trabaihistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.725	1.390	3.115
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.590	128	1.718
(-) Pagamentos	(1.438)	(1.240)	(2.678)
(+) Atualização monetária	` 136 <sup>°</sup>	60	196
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.013	338	2,351
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de ianeiro de 2014	2.013	338	2.351
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.013 413	338 178	2.351 591
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (+/-) Complemento (reversão) de provisão (-) Pagamentos		• • •	
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	413	178	591

### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2014, R\$3.162 (R\$2.301 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$782 (R\$121 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### (c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2014, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$8.015 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Referem-se à ação pelo não recolhimento dos valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Companhia, e questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas nos imóveis objeto da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva.

### d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como "despesa de pessoal", em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido--Continuação

### d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

Data	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	4ª outorga
	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2012	25/04/2012
Quantidade de opções de ações	28.516	30.587	49.180	195.042
Preço de período - R\$ por ação	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$163 (R\$95 em 31 de dezembro de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Patrimônio líquido--Continuação

# d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	*	~		-
Outorgadas	28,516		-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	28.516	-		^	28.516
Outorgadas	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	49.180	-	49.180
Exercidas	(7.129)	-	-	-	(7.129)
Em 31 de dezembro de 2013	21.387	30.587	49.180	۳	101.154
Outorgadas	-	<u> </u>		195.042	195.042
Em 31 de dezembro de 2014	21.387	30.587	49.180	195.042	296.196

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15.67	75.830	2.56	194	11 meses
2016	15,61	68.704	2,67	184	23 meses
2017	12,37	48.760	6,32	308	35 meses
2018	12,37	48.762	2,10	102	47 meses
	,	242.056	3,41	788	·

## e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Patrimônio líquido--Continuação

### e) <u>Dividendos e juros sobre o capital próprio</u>--Continuação

O montante de dividendos pagos em 2014 no montante de R\$61.958 refere-se a: R\$6.724 referentes ao lucro do exercício de 2013, já aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014 e R\$55.234 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2014 aprovados em reuniões do conselho de administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2015, calculados conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercicio	55,627	64.690
Base de cálculo dos dividendos	55.627	64.690
Proposta da Administração Dividendos intermediários pagos	(55.234)	(57.966)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	393	6.724

# f) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

# 20. Receita líquida

#### Política contábil

#### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Receita líquida--Continuação

Política contábil -- Continuação

Receitas--Continuação

c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

### Imposto sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	95.016	102.576
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	55.512	47.355
Vale-pedágio	31.394	37.659
	181.922	187.590
Receita de construção	41.765	37.609
Receitas acessórias (b)	943	927
Receita bruta	224.630	226.126
Deduções sobre a receita bruta (c)	(15.691)	(16.211)
Receita líquida	208,939	209.915

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a arrendamento de área para fibra ótica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributárias para análise adequada das deduções das receitas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto sobre vendas--Continuação

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas com arrecadação de pedágio	181.922	187.590
Receitas acessórias	943	927
	182.865	188,517
Deduções		
Cofins (3%)	(5.486)	(5.656)
PIS (0,65%)	(1.189)	(1.225)
ISS (2% a 5%)	(9.016)	(9.330)
,	(15.691)	(16.211)

# 21. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	16.105	14.556
Conservação e manutenção	9.373	11.990
Servicos de terceiros (*)	17.914	14.650
Seguros (vide Nota Explicativa nº 27)	891	801
Poder Concedente - ônus variável da concessão	1.819	1.876
Provisão para manutenção	1.911	3.621
Depreciações e amortizações	14.541	9.772
Locação de imóveis e máquinas	1.565	1.522
Custos de construção	41.765	37.609
Outros	5.675	5.771
	111.559	102.168
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	95.797	85.585
Despesas gerais e administrativas	15.762	16.583
•	111.559	102.168

<sup>(\*)</sup> Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.469	719
Outras	23	25
	1.492	744
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(10.483)	(7.757)
Juros passivos sobre debêntures	(2.088)	
Amortização de custos com debêntures	(30)	-
Ajuste a valor presente - ICPC 01	(174)	(137)
Obrigações fiscais	(209)	(215)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(55)	(737)
Outras despesas financeiras	(708)	(1.601)
·	(13.747)	(10.447)
Resultado financeiro, líquido	(12.255)	(9.703)

# 23. Lucro por ação

## a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercicio atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	55.627	64.690
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	17.755	17.755
Lucro básico por ação das operações continuadas	3,13	3,64

## b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 19.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia tem como política a administração de participação nos lucros e resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$832 (R\$727 em 31 de dezembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

### 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

#### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de câmbio e risco e risco de taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

## Gestão de riscos--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Divida (a) Caixa e equivalentes de caixa	150.276 (12.367)	107.926 (3.050)
Dívida líquida Patrimônio líquido (b)	137.909 26.938	104.876 33.106
Indice de endividamento líquido	5,12	3,17

<sup>(</sup>a) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, debêntures e obrigações com o Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nº 13, 14 e 17.

## Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados: são formadas por CDBs e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

<sup>(</sup>b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

## a) Risco de mercado--Continuação

## Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

		Contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebiveis	3.268	3.268
Clientes (i)	Empréstimos e recebiveis	9.128	9.128
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	9.099	9.099
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	4.907	4.907
Empréstimos (iii)	Outros passivos financeiros	279	279
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	149.860	149.860

<sup>(</sup>i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 días; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

#### b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

<sup>(</sup>ii) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.

<sup>(</sup>iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

## Gestão de riscos--Continuação

## c) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$4.952 (R\$5.007 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média	Próximos	Entre 13 e
	ponderada) efetiva - % a.a.	12 meses	24 meses
Debêntures	105,7% do CDI	17.130	154.573

#### Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros-Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável		Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	763	572	381
Juros sobre empréstimos	Alta do CDI	(17.361)	(21.129)	(24.884)
Juros a incorrer		(16.598)	(20.557)	(24.503)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I -	Cenário II -	Cenário III -
	provável	25%	50%
CDI	11,75%	8,81%	5,88%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

# 26. Plano de previdência privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do funcionário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$175 (R\$140 em 31 de dezembro de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 27. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade Vigência		Cobertura R\$ mil	
Seguro garantia	Junho de 2014 a junho de 2015	40,226	
"All Risk" - responsabilidade civil	Julho de 2014 a julho de 2015	186.672	
"All Risk" - Manut. e Conservação	Julho de 2014 a julho de 2015	28.840	
"All Risk" - danos materiais	Julho de 2014 a julho de 2015	1.227.849	
"All Risk" - perda de receita	Julho de 2014 a julho de 2015	18.672	
Equipamentos	Setembro de 2014 a setembro de 2015	35	
Seguro sede	Agosto de 2014 a agosto de 2015	4.000	
Veículos	Fevereiro de 2014 a agosto de 2015	Tabela FIPE	

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

#### **Senhores Acionistas**

A Administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

#### Mensagem da Administração

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul ("Ecosul") foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A Ecosul administra uma das maiores malhas rodoviárias do Brasil, conhecida como Polo Rodoviário de Pelotas (RS), com 457,3 km de vias federais. A concessão reúne trechos vitais para as economias regional e nacional, sendo o maior deles o "corredor do Mercosul" (BR 116). Grande parte dos veículos que trafega anualmente pelas rodovias administradas pela concessionária é de carga, com destino ao porto do Rio Grande. Além disso, a Ecosul é o principal acesso para turistas uruguaios e argentinos em direção ao litoral brasileiro.

A concessão tem prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecosul agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

#### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

#### RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2014	2013	Var.
Passeio	7.256	6.455	12,4%
Comercial	20.924	19.973	4,8%
Total	28.180	26.428	6,6%
Tarifa Média (em R\$)	2014	2013	Var.
Ecosul	6,46	7,10	-9,0%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego total foi de 28.180 mil veículos equivalentes pagantes em 2014, aumento de 6,6% em relação a 2013. O aumento do tráfego comercial ocorreu em função do crescimento das exportações de soja e milho no porto do Rio Grande, e o aumento do tráfego de passeio foi influenciado pelas condições climáticas favoráveis.

Em dezembro de 2013, foram publicadas no Diário Oficial da União duas Resoluções da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes à 10ª Revisão Ordinária, à 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul. Com estas resoluções, ocorreram reduções nas tarifas de pedágio para veículos de passeio em 22,2% e para veículos comerciais de 4,2%, devolução de trechos não pedagiados totalizando 166,5 km de rodovias simples, incorporação de pista duplicada com extensão de 51,8 km e aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016. As resoluções foram frutos de negociações entre Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias no Polo de Pelotas.

### RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

#### RECEITA BRUTA

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Receitas de Pedágio	181,9	187,6	-3,0%
Receitas Acessórias	0,9	0,9	0,0%
Receita de Construção ICPC-01	41,8	37,6	11,2%
Total	224,6	226,1	-0,7%

A receita bruta atingiu R\$ 224,6 milhões em 2014, redução de 0,7% em relação à 2013, devido a redução da tarifa média em 9,9%.

A receita de construção apresentou crescimento de 11,2% devido a maior execução de Capex no período.

#### RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida atingiu R\$ 208,9 milhões em 2014 e R\$ 209,9 milhões em 2013, redução de 0,5%. As deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 15,7 milhões em 2014 e R\$ 16,2 milhões em 2013.

#### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2014, os custos operacionais e despesas administrativos somados atingiram R\$111,6 milhões e R\$ 102,2 milhões em 2013, crescimento de 9,2%. Os custos caixa atingiram R\$53,4 milhões em 2014, 4,3% superior a 2013, abaixo da inflação do período.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Pessoal	16,1	14,6	10,3%
Conservação e manutenção	9,4	12,0	-21,7%
Serviços de terceiros	17,9	14,7	21,8%
Poder concedente, locações e seguros	4,3	4,2	2,4%
Outros	5,7	5,7	0,0%
Custos Caixa	53,4	51,2	4,3%
Depreciação e amortização	14,5	9,8	48,0%
Provisão manutenção ICPC 01	1,9	3,6	-47,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	41,8	37,6	11,2%
TOTAL	111,6	102,2	9,2%

Em 2014, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 111,6 milhões, comparados aos R\$ 102,2 milhões em 2013, apresentando um aumento de 9,2%. Os custos caixa atingiram R\$ 53,4 milhões, 4,3% superior à 2013.

Os principais motivos para tais variações foram:

**Pessoal:** R\$ 16,1 milhões em 2014, 10,3% superior a 2013, devido à aplicação do dissídio coletivo e contratações pontuais.

**Conservação e Manutenção:** R\$ 9,4 milhões em 2014, 21,7% inferior a 2013, resultante de economias com a manutenção de pavimento.

**Serviços de terceiros:** R\$ 17,9 milhões em 2014, 21,8% superior a 2013, devido aos reajustes nos serviços prestados pela EcoRodovias Concessões.

**Depreciação e Amortização:** R\$ 14,5 milhões em 2014, 48,0% superior a 2013, devido à maior base de ativos durante o ano de 2014.

**Custo de construção de obras:** R\$ 41,8 milhões em 2014, 54,5% superior a 2013, ocasionada pelo maior nível de obras no período.

#### EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 111,9 milhões em 2014 e a margem EBITDA de 53,6%, redução de 2,2 pontos percentuais em relação a 2013 devido ao aumento da receita de construção e provisão para manutenção.

EBITDA			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Lucro Líquido	55,6	64,7	-14,1%
Imposto de renda e contrib.social	29,5	33,0	-10,6%
Resultado Financeiro	12,3	9,7	26,8%
Depreciação e Amortização	14,5	9,8	48,0%
EBITDA	111,9	117,2	-4,5%
Margem EBITDA	53,6%	55,8%	-2.2 p.p.

#### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2014 foi de R\$ 12,3 milhões negativos, aumento de 26,8% em relação aos R\$ 9,7 milhões negativos em 2013, devido ao maior nível de endividamento da companhia.

## LUCRO LÍQUIDO

Em 2014, o lucro líquido atingiu R\$ 55,6 milhões, queda de 14,1% em relação a 2013. A margem líquida do lucro de 2014 foi de 26,6%.

#### DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecosul encerrou o ano de 2014 com saldo de caixa e bancos e aplicações financeiras de R\$ 12,4 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecosul (composto por empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil) atingiu R\$ 150,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 e o endividamento financeiro líquido foi de R\$ 137,9 milhões.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 1,2x.

Endividamento			
(em milhões de R\$)	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Curto Prazo	1,9	107,8	-98,2%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	0,0	107,8	100,0%
Debêntures	1,9	-	100,0%
Longo Prazo	148,3	-	100,0%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	0,3	-	100,0%
Debêntures	148,0	-	100,0%
Endividamento Financeiro Bruto¹	150,2	107,8	39,3%
Credor pela Concessão	0,1	0,1	-
Endividamento Bruto	150,3	107,9	39,3%
Caixa e equivalentes de caixa	12,4	3,1	300,0%
Endividamento Financeiro Líquido¹	137,9	104,8	31,6%

#### CAPEX

O Capex realizado pela Ecosul totalizou R\$ 48,0 milhões em 2014, 10,6% superior ao realizado no ano anterior.

	2014		
CAPEX (em milhões de R\$)	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias	47,2	0,8	48,0

#### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecosul está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias.

Diante disso, em 2014, o Grupo deu mais um passo ao lançar uma importante ferramenta para a disseminação das informações à diretoria e membros do Conselho: o Portal de Governança Corporativa. Centralizando as informações em um único e moderno canal para que circulem de forma ágil e segura, a ferramenta atende a um dos requisitos de boas práticas do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), agregando ainda mais valor ao sistema de Governança da companhia. Todos os esforços que podem ser verificados por meio de diversos prêmios conquistados ao longo do ano.

Pela Época NEGÓCIOS 360°, o Grupo EcoRodovias foi considerado o número 1 do Brasil na área de Governança Corporativa. O levantamento da revista foi realizado em parceria com a conceituada Fundação Dom Cabral.

O Prêmio ISTOÉ Empresas + Conscientes também elegeu a empresa como uma das cinco melhores do país na categoria Governança Corporativa e o Índice de Governança Corporativa (IGC), produzido pela Delta Economics & Finance para a revista América Economia Brasil, nos reconheceu entre as 10 companhias brasileiras com maior pontuação no ranking.

Todos esses reconhecimentos dão a certeza que o Grupo está no caminho certo e, exatamente por isso, continuará seguindo as práticas recomendadas pelo "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", do IBGC. Dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas uso de informações e divulgação de ato ou fato relevante e de negociação com valores mobiliários.

A cultura anticorrupção é outro importante ponto a ser destacado por já estar arraigada na administração e entre os colaboradores, sendo que, desde a entrada em vigor da Lei Anticorrupção, em janeiro de 2014, a Companhia tem divulgado de forma contundente os termos da referida lei. O Grupo EcoRodovias já possui, por exemplo, normas estruturadas de controle de riscos e um Código de Conduta Empresarial que veda ações como a promessa de vantagens a agentes públicos, pagamento de propinas, frustração de competitividade, etc. Além disso, há um Comitê de Ética, formado por membros da alta administração, que tem por objetivo processar e apurar as denúncias a ele direcionadas, cujo tratamento é sigiloso.

No entanto, não obstante a todas essas atividades já desempenhada, o Grupo EcoRodovias reuniu um grupo de trabalho formado pelas diretorias Jurídica e de Gestão de Pessoas, e as gerências de Riscos e Controles Internos e de Comunicação Interna com o objetivo de aprimorar ainda mais os controles e políticas existentes, desenvolvendo um plano de ação amplo dentro do Grupo.

#### GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2014 foi de extrema importância para os projetos e ações de desenvolvimento e gestão de pessoas dentro do Grupo EcoRodovias. Com o aval do Conselho de Administração e do presidente do Grupo, pode-se afirmar com tranquilidade e com muita honra que os cerca de 6 mil colaboradores que fazem parte da companhia passaram a ser vistos de uma forma cada vez mais estratégica.

Projetos como o diagnóstico de cultura, a revisão do modelo de remuneração executiva, a construção de um único plano de cargos e salários considerando as particularidades de cada negócio, a construção de um *dashboard* com indicadores de gestão de pessoas e a reformulação de toda a comunicação interna do Grupo, entre outros pontos, foram projetos desempenhados ao longo de 2014 fundamentais para esse processo.

A crença do Grupo de investir permanentemente no desenvolvimento de seus colaboradores, em todos os níveis, está cada vez mais forte. Como evidência disso, pode-se destacar os treinamentos realizados ao longo de 2014 com todos as lideranças do Grupo, em todos os níveis, por meio da Escola de Líderes. Vale ressaltar ainda que a área de Gestão de Pessoas continua priorizando programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com apoio ao esporte à saúde e diversos outros pontos.

#### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com ECO no nome e no DNA, a missão do Grupo EcoRodovias é de atuar de forma sustentável, adotando iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Em 2014, uma meta importante foi alcançada neste sentido: neutralizamos 100% das emissões diretas de carbono referentes ao ano anterior. Trata-se do primeiro grupo de concessões rodoviárias a alcançar tal feito. Esse resultado foi gerado pela compra e cancelamento voluntário de créditos de carbono vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto. O projeto escolhido para compensar as emissões foi o do Aterro de Manaus (AM), onde o biogás é coletado e queimado, com alta eficiência, o que reduz as emissões de Gases do Efeito Estufa e ainda produz energia elétrica limpa. No total, a iniciativa representa a compensação de 22 toneladas de CO2 equivalente.

Além disso, outro ponto importante a ser destacado de 2014 é o Programa de Eficiência Energética do Grupo EcoRodovias, que tem o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade e melhorar a eficiência energética em suas operações e estruturas de negócios. As ações, desenvolvidas pelas concessões rodoviárias, fazem parte do nosso compromisso com práticas destinadas à mitigação das mudanças climáticas. Cabe destacar que todas as ações seguiram diretrizes da Política de Sustentabilidade e estratégias corporativas, além de outras normativas voltadas ao bom desempenho do Sistema de Gestão Integrada, incluindo a ISO 9001 (Gestão da Qualidade), a ISO 14001 (Gestão Ambiental) e a OHSAS 18001(Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional) do Grupo.

Ainda sobre a sustentabilidade no Grupo, vale destacar que as ações da EcoRodovias, pelo quarto ano consecutivo, permanecem na carteira do ISE/BM&FBovespa, fato de extrema importância para a companhia.

Outros diversos projetos desenvolvidos ao longo da trajetória do Grupo e em todas as controladas nos faz honrar o compromisso com o nome ECO, tais como:

- Ecoviver: tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias.

- Voluntários do Bem: projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas a crianças de escolas públicas sobre valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.
- Saúde do Caminhoneiro: em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos a caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.
- Reinventar: iniciativa com objetivo de reaproveitar as lonas utilizadas em painéis publicitários ao longo das rodovias e transformá-las em produtos como bolsas, pastas, estojos, aventais, gerando renda para costureiras.
- Virando o Jogo: projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens da rodovia e oferecer atividades recreativas e educativas.
- Equipes Brasileiras de Voleibol Sentado: a EcoRodovias é patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina do voleibol sentado. No ano de 2014, com muito orgulho, foi firmado ainda mais o compromisso com o esporte ao patrocinar a equipe de vôlei de São Bernardo do Campo.
- Preservação da fauna: diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocataratas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.
- Emissões: uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos, uso de equipamentos com maior eficiência energética e contratação de veículos fretados para o transporte de funcionários.
- Papai Noel Existe: os públicos de relacionamento da companhia escrevem cartas como se fossem o Papai Noel e a EcoRodovias distribui os presentes a entidades carentes da região.

Além disso, o Grupo EcoRodovias deu continuidade à sua participação na campanha "Década de Ação pelo Trânsito Seguro", lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa reduzir o número de acidentes de trânsito.

#### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$24,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*